

CHRISTOPHER HILL: UMA VISÃO SOBRE A LIBERDADE

CAROLINE OLIVEIRA JUNG*

RESUMO

Neste trabalho discute-se a questão da liberdade, o que é ser livre no século XVI e XVII, em específico dentro da Revolução Inglesa. Para isso, toma-se como base o livro *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*, de Christopher Hill, pois esse autor dá um outro enfoque à Revolução Inglesa, mostra-a de outro ponto de vista, o do povo, que foi parte fundamental para que essa revolução tomasse as proporções que tomou, sendo um marco para a história tanto inglesa quanto mundial. Também o capítulo “Acumulação primitiva” de *O capital*, de Karl Marx, que mostra as transformações do feudalismo para o capitalismo e como estas interferiram nos fatores que levaram à Revolução Inglesa.

A LIBERTAÇÃO DOS HOMENS

A Revolução Inglesa de um ponto de vista cronológico começou no ano de 1640 e foi até 1660, mas Christopher Hill mostra que essa revolução já vinha sendo construída e até mesmo as idéias de liberdade, há mais de um século, antes da real declaração de guerra entre o Parlamento (burguesia)¹ e o rei Carlos I. Antes desse fato, a Inglaterra passou pelo processo de desintegração do sistema feudal e construção do sistema capitalista que marcou o processo de cercamento², em que começou a ocorrer a libertação do homem: ele deixa de ser servo para se tornar livre, mas ao mesmo tempo é expropriado da terra e dos meios de produção.

No sistema feudal, a servidão era totalmente explícita, pois o homem estava concretamente e fisicamente preso à terra e ao senhor feudal. Já no capitalismo essa servidão é mascarada, pois o homem teoricamente pode escolher onde quer trabalhar e com quem quer trabalhar. No entanto, isso foi apenas uma outra forma de sujeitar o trabalhador e a transformação da exploração feudal em capitalista, pois

* Licencianda em História – FURG.

¹ Neste trabalho referimo-nos à parte do Parlamento composta pela burguesia, pois a outra parte era composta pelos nobres, que estavam do lado do Rei.

² Prática comum do final do feudalismo, que foi o ato de cercar dos campos, inclusive os campos comunais.

o homem não tem mais a propriedade (a terra), nem os meios de produção para sua subsistência. Marx chama esse homem, “proletariado livre como pássaro” (1984, p. 262-263).

Nesse novo sistema, o homem foi obrigado a vender o único bem que lhe restou após a política de cercamento, que foi a sua própria força de trabalho, para assim poder manter a própria subsistência e de sua família, tendo agora que se sujeitar não mais à vontade de um senhor feudal, mas à de um chefe ou patrão que lhe pagaria um salário em troca da sua força de trabalho.

Esse processo refletiu-se claramente na Inglaterra do século XVI e XVII e em um outro fator que surgiu: o desenvolvimento de uma consciência, em que os homens começaram a questionar o seu modo de vida e até mesmo se o poder de Deus é responsável pela sua pobreza e miséria. A população nesse momento estava de certa forma contrária a tudo o que vinha da Igreja Estatal e do rei. Começaram a surgir seitas/ordens³ que pregavam um outro olhar sobre o mundo, no qual cada um é dono de seu futuro e não mais Deus ou um rei. Podemos notar que Hill (1987, cap. 1 e 2) ao longo de seu livro traz muitas informações retiradas de panfletos que eram distribuídos em larga escala à população a fim de disseminar as idéias revolucionárias por toda a Inglaterra.

Outro ponto importante sobre essa questão da liberdade é quando Hill destina um capítulo inteiro de seu livro para os chamados “homens sem senhor”, pois esta é a clara mudança do sistema feudal para o capitalismo. Como o nome já diz, os homens não têm mais senhor (feudal); estão totalmente livres da servidão.

Hill enumera vários tipos de homens sem senhor: os mendigos, vagabundos e pedintes, pessoas que viviam fora da lei e abaixo da linha da pobreza; homens que viviam em seitas protestantes que formavam verdadeiras sociedades; homens que viviam em pequenas cotagens⁴ – pequenos proprietários de terras que durante determinados períodos do ano tinham que deixar de trabalhar em suas terras para ingressar na extração de carvão, nas pedreiras, nas tecelagens, nas confecções de meias e na metalurgia (1987, p. 55-71).

É importante salientar uma última categoria, a população de artesãos itinerantes que seriam responsáveis pela trocas comerciais entre as cidades, e estes homens livres teriam um papel muito importante dentro da Revolução Inglesa, pois muitos destes

³ Surgimento da Igreja Protestante na Inglaterra do século XVII, que começou a propor uma nova visão sobre a vida dos homens e dos poderes divinos.

⁴ Pequenos pedaços de terras que alguns homens livres conseguiram manter após a política do cercamento.

disseminariam as idéias revolucionárias e protestantes (puritanas).

A LIBERDADE

Tendo em vista o imenso número de homens “livres”, a questão que se levanta é até onde estes “homens sem senhor” eram realmente sem senhor, se essa mudança não foi apenas de um senhor feudal para o senhor capitalista – se considerarmos que até mesmo os homens que, por possuírem pequenas propriedades de terras (cotagens), tiveram que se adaptar ao novo sistema, pois era necessário, para manter a sua subsistência, vender sua força de trabalho para as recentes indústrias capitalistas. Até mesmo os mendigos e os pedintes que poderíamos olhar como homens realmente livres, totalmente fora do sistema capitalista, seriam mais uma das engrenagens da máquina capitalista, pois, como diz Hill, “em 1644 a legislação veio a determinar que os vadios, vagabundos e pedintes fossem obrigados a assistir a um culto todo domingo” (1987, p. 56). Dessa forma, até mesmo os mendigos tiveram se integrar ao sistema capitalista de uma forma ou de outra.

Isso também é reforçado no capítulo “Acumulação primitiva” de *O capital* (Marx), em que o autor se refere a uma série de leis para regulamentar a vida de todos, inclusive dos pedintes e vagabundos. “Eduardo VI: um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1574, estabelece que, se alguém se recusar a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio” (1984, p. 275). Isso deixa bem claro que naquele período, embora existindo homens sem senhor e conseqüentemente uma liberdade, esta não será total, pois o Estado agora é que vai regulamentar essa liberdade, teoricamente, levando em conta o interesse do bem maior de todos.

Outro ponto também importante que marcaria a revolução, mas que teve início muito antes dela, foi a formação das pequenas sociedades protestantes, responsáveis pela transformação da consciência do povo. Essas sociedades/seitas fizeram com que o homem comum questionasse a sociedade em que ele estava inserido, o Rei e a Igreja Estatal. Com o estopim da guerra entre o Rei e o Parlamento, tais seitas ganharam muita força e ficaram ao lado do Parlamento.

Algumas seitas, como os “Levellers”, os “Diggers”, os “Quakers”, aliaram-se ao Parlamento, dentro da revolução, em busca de maior liberdade de religião, de comércio, de produção e de maiores direitos de propriedade. Mas é claro que, do início ao fim dessa revolução, a burguesia (Parlamento) só se aliou ao povo para alcançar a sua própria liberdade, pois naquele momento o rei e a burguesia estavam de lados opostos, mas em nenhum momento esta teve como objetivo dar liberdade ao povo.

O MOVIMENTO DO POVO DENTRO DA REVOLUÇÃO

Já dentro da revolução e com a aliança feita entre o Parlamento e o povo, as seitas tiveram liberdade de pregar e de reivindicar seus interesses sem que houvesse repressão violenta do Estado. Por exemplo, Hill comenta uma reivindicação dos “diggers, em 1647, quando instalam-se num terreno não aproveitado e se põem a reparar a terra para a sementeira – numa espécie de reforma agrária feita espontaneamente, em direta oposição da sociedade e do Estado” (HILL, 1987, p. 30).

É importante ressaltar que as manifestações não foram tão liberais quanto parece. Temos que levar em conta que o Parlamento, embora tenha se unido ao povo (para apenas conseguir a sua vitória sobre o Rei), tinha receio de armar o povo, tanto de ideologias liberais quanto de armas, pois este poderia futuramente se voltar contra o Parlamento. Por isso, não foram todas as manifestações que tiveram realmente liberdade de se expressar. Um exemplo de manifestação que foi sufocada violentamente pelo exército do Parlamento, “Exército de Novo Tipo”, foi a que aconteceu “em 1645, quando um grupo de camponeses (clubmen) tomou em armas por todo o sul e oeste da Inglaterra para se oporem igualmente a realistas e parlamentaristas. Este acontecimento foi totalmente reprimido pelo Exército de Novo Tipo” (HILL, 1987, p. 42).

Tudo que foi dito acima, e principalmente essa última citação, instiga a questionar: que liberdade de manifestação é esta, em que só o que é de interesse do Parlamento pode ocorrer, ou seja, só o interesse de uma minoria (a burguesia, os comerciantes e pequenos proprietários)?

Focos de revolta e contestação contra o Rei e a Igreja Estatal estavam espalhados por todo território inglês e quem iria unir o povo em prol das causas da revolução (do Parlamento) seria o Exército de Novo Tipo. Este exército teve uma participação muito importante na união de todas as seitas e na disseminação de uma nova consciência, de que Deus não é mais quem determina a posição social do homem dentro da sociedade, mas sim o próprio homem, por seu trabalho e empenho, pode transformar a sua condição de vida, portanto todos os homens têm a mesma liberdade e a igualdade.

O Exército de Novo Tipo não foi apenas formado por burgueses, mas também por “homens sem senhor” que entraram no exército para poder ascender socialmente, e também várias seitas reunidas, como os “levellers”, “diggers”, “quakers”, “seekers”. Esse exército também utilizou artesãos itinerantes para a disseminação de seus ideais. O Exército de Novo Tipo se destacou pela sua liberdade de organização e discussão de idéias políticas e a mobilidade social que havia no seu interior, pois

soldados rasos poderiam ascender na carreira militar conforme seu desempenho. Havia também nesse exército os “capelões”, que pregavam, tanto para soldados como para a população, teorias da soberania popular, o que acabou persuadindo o povo a entrar na rebelião armada contra o Rei. Isso, porém, num determinado período acabou levando preocupação ao Parlamento, pois, como já foi dito acima, este não tinha interesse em que a população ascendesse; seus únicos interesses eram os seus próprios, daí o medo de que houvesse um levante popular contra a burguesia (HILL, 1987, cap. 4).

A liberdade que esse exército pregava também não era total, pois antes da liberdade e igualdade de todos vinham os interesses do Parlamento. Percebe-se isso quando alguns *levellers* promoveram uma rebelião interna por maior liberdade dentro do exército e uma nova função para o Estado, e nessa revolta tentaram aprovar o “Acordo do Povo”, que tinha uma teoria democrática e que só “justificava o uso da força militar para devolver o poder ao povo” (HILL, 1987, p. 80). É evidente que essa movimentação dentro do exército não agradou nem um pouco o Parlamento, que, com a ajuda do General Cromwell, reprimiu violentamente essa revolta, executando todos os seus líderes na frente de seus pelotões. Essa foi a última vez até o fim da revolução que houve um levante dentro do Exército de Novo Tipo.

Novamente levanta-se a questão: que liberdade é essa que o Exército de Novo Tipo levantou por toda a Inglaterra? Uma liberdade a que só tinha direito uma pequena parte do seu exército?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega sobre a liberdade que começou a existir nos séculos XVI e XVII é de que esta não passou de uma outra forma de explorar o trabalhador. No meu entendimento, a concepção de liberdade não foi algo que o proletariado conseguiu, mas uma necessidade que o novo sistema, o capitalista, exigia. Esse sistema precisava de grandes extensões de terras tanto para o plantio quanto para a criação de animais e também de mão-de-obra livre da servidão feudal e completamente desapropriada da terra e dos meios de produção (todos estes centralizados, é claro, na mão dos capitalistas), disposta a vender sua força de trabalho ao preço que o capitalista propunha pagar. E essa suposta liberdade foi uma forma que o novo sistema teria para manter o povo subjugado e trabalhando conforme os interesses capitalistas, assim evitando grandes revoltas populares contra os burgueses.

A prova bem clara é a Revolução Inglesa. Embora tenha havido

uma mudança da mentalidade do povo e uma reivindicação do mesmo por novas condições de vida, só se vai notar que há um verdadeiro levante do povo quando a burguesia entra em guerra com Rei em busca de maior liberdade de comércio e de poder. O Parlamento (parte composta pela burguesia) vai se unir ao povo e passar para ele ideais de liberdade conforme o seu próprio interesse (burgueses), tanto que durante a revolução, toda vez que o Parlamento sentia sua liberdade e poder ameaçados, reprimia o povo. O que temos aqui é uma ambigüidade, pois o mesmo Exército de Novo Tipo que levantou e armou o povo de ideais de liberdade e igualdade e de armas é o mesmo que o reprimiu toda vez que interferiu nos interesses do Parlamento.

Temos isso reforçado na obra *Do contrato social*, de Jean-Jacques Rousseau, em que ele separa a liberdade em “de natureza” e “civil”. Dentro da Revolução Inglesa, afirmou-se a “liberdade civil”, que é dada pelo Estado civil. Neste, o homem vive em sociedade, e, embora perdendo a “liberdade de natureza”, ganha a “liberdade civil” e o direito à “propriedade de tudo que possui” (1978, p. 36-37).

O Estado será quem garantirá a “liberdade civil”, por suas instituições (judiciária, legislativa e executiva). Por meio do “contrato social” as atitudes dos homens serão limitadas, os homens terão que limitar seus desejos e impulsos individuais, pois agora terão que agir conforme a vontade da sociedade em geral. Assim será garantido o convívio em harmonia entres os homens e a cada um sua propriedade e liberdade (ROUSSEAU, 1978, p. 36-37).

No período da Revolução Inglesa, tempo em que o Estado estava conturbado com quebra do contrato feudal e a construção do contrato social capitalista e a disputa de poder entre o Parlamento e o Rei, o “Exército de Novo Tipo” assegurou, regulamentou e até mesmo impôs a “liberdade civil” aos homens.

Por último, gostaria, depois do que foi dito sobre a liberdade nos séculos XVI e XVII, parássemos e pensássemos na nossa liberdade, a do século XXI, o que há de diferente entre a liberdade desses dois séculos tão distantes. Será que estamos realmente livres? Ou ainda vivemos uma servidão / escravidão mascarada?

REFERÊNCIAS

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1. t. 2.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 36-37.